

JOCÉLIO TELES DOS SANTOS
DELCELE MASCARENHAS QUEIROZ

Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal

JOCÉLIO TELES DOS SANTOS é professor do Departamento de Antropologia da UFBA e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao-UFBA).

DELCELE MASCARENHAS QUEIROZ é professora do Departamento de Educação/Campus I da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) implantou, no ano de 2005, um sistema de reserva de vagas para alunos que tenham cursado os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental no sistema público de ensino. O sistema estabelece o percentual de 45% das vagas para todos os cursos e tem um diferencial em relação à cor do estudante. Dessa reserva, 43% são assim distribuídos: 85% destinam-se aos autodeclara-

dos pretos e pardos e 15% aos autodeclarados brancos. Um percentual de 2% foi destinado aos índios-descendentes e uma reserva de duas vagas, em cada curso, foi destinada aos índios aldeados e estudantes vindos de comunidades quilombolas.

A reserva de vagas adotada pela UFBA implicou mudanças significativas na forma de ingresso. O sistema tradicional, até então adotado, era amparado, exclusivamente, no critério da classificação por desempenho na primeira e na segunda fase do vestibular. Desse modo, variáveis como cor, gênero, renda familiar ou origem escolar não tinham nenhum peso no ingresso dos estudantes. O sistema de reserva de vagas, ao contrário do anterior, incorporou candidatos que, oriundos do sistema público de ensino e tendo obtido uma pontuação mínima na primeira fase, passaram a ter condições de competir na segunda fase e, conseqüentemente, ingressar na universidade mais tradicional do estado da Bahia. A partir dos resultados do primeiro vestibular com reserva de vagas, o que podemos depreender da política adotada na UFBA e em outras universidades públicas?

A maioria das instituições que adotaram o sistema de reserva de vagas não dispunha da variável cor no formulário de inscrição do vestibular, algo fundamental para comparar, por exemplo, o desempenho dos candidatos e dos aprovados nos dois sistemas. Somente a UFBA dispunha, desde 1998, de dados relativos à cor dos estudantes inscritos e selecionados. Das universidades que vieram a adotar posteriormente o sistema de reserva de vagas, apenas a UFPR e a UnB dispunham de dados coletados através de uma pesquisa realizada pelo Programa A Cor

da Bahia em 2000 (Queiroz, 2002). As universidades que adotaram o novo sistema não permitiram, muitas vezes, o acesso ao seu banco de dados, algo que nos possibilitaria realizar estudos comparativos e sistemáticos. A razão implícita foi a forte reação que essas instituições enfrentaram, e vêm enfrentando, tanto na mídia – editoriais de jornais e artigos de intelectuais e de cartas de leitores –, quanto em processos judiciais movidos por pais e mães de alunos preteridos.

Por outro lado, como o debate ficou restrito ao campo da política, a reflexão sobre as ações afirmativas nas universidades públicas passou a ser exercitada numa mera polarização entre os defensores e os opositores ao sistema de cotas, principalmente, em espaços da mídia. Encontramo-nos perante um quadro em que, se, por um lado, intelectuais e, sobremaneira, cientistas sociais encontram na imprensa uma maior probabilidade de divulgação de suas posições – e, diga-se de passagem, a divulgação na imprensa tem sido, em maior escala, de posições contrárias ao sistema de cotas –, por outro lado, faltam análises que possam nos oferecer instrumentos capazes de medir o impacto dessas políticas nas universidades, a forma como o sistema anterior foi ou não efetivamente alterado, e os significados advindos da substituição do sistema amparado na noção de mérito por um sistema que introduziu as variáveis cor ou raça, origem escolar, gênero e residência como fatores a serem ponderados no ingresso. Se há posições polarizadas sobre a pertinência das ações afirmativas nas universidades públicas e o temor de alguns do que isso poderá significar para o futuro das relações raciais no país, verifica-se uma ausência analítica que nos permita fazer uma comparação dos diversos sistemas adotados nas universidades estaduais e federais. Ilustrativo, a respeito dessa ausência de análises, é o levantamento que buscou mapear a produção de pesquisas sobre negro e ensino superior no país. Examinando a produção das regiões Norte e Nordeste, apresentada no Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (Epen), no período 1997-2005, verificou-se que, num

conjunto de 3.079 trabalhos, apenas dez tratavam do tema e somente sete abordavam especificamente a questão do acesso, sendo dois deles de modo tangencial. Supomos que o quadro em outras regiões não seja diferente (Queiroz et al., 2005).

O debate nas instituições de ensino superior tendeu a reproduzir o que ainda ocorre em vários espaços da sociedade brasileira. Ao invés de um discurso analítico, manifesta-se o “opinativo”. A falta de análise fez com que as opiniões que se manifestam nas universidades brasileiras e na imprensa homogeneizassem as diferentes propostas implantadas. Afinal, como entender que cor e origem escolar sejam as variáveis significativas do novo sistema, e que algumas instituições tenham adotado uma espécie de combinatória, que envolve cor e origem escolar, e que percentuais definidos em 10% (UFSP), 20% (Uerj, UFPR, UnB), 40% (Uneb), 45% (UFBA), 25% (Unemat) ou pontuação (Unicamp), enquanto em outras instituições tenha havido o acréscimo de variáveis como gênero ou local de residência (Ufal, Ueam e UFRN)?

A deficiência analítica não pode ser atribuída à falta de estudos sobre as desigualdades sociorraciais no país. Nos anos anteriores à adoção das cotas, já haviam sido coletados e analisados dados sobre a cor dos estudantes em universidades públicas (Queiroz, 2000)¹. Quando da apresentação dos dados nas universidades envolvidas nesse estudo (UFPR, UnB, UFRJ e UFMA), buscávamos alertar os professores e dirigentes sobre a urgência da inclusão do quesito “cor” nos formulários das suas instituições, pois isso possibilitaria que se dispusesse de dados mais objetivos sobre o reflexo ou a reprodução das desigualdades sociorraciais no ambiente universitário. O que se manifestava nesse período era uma curiosidade pelos dados da pesquisa coordenada pelo Programa A Cor da Bahia e, ao mesmo tempo, receios e temores do que significaria a inclusão do quesito “cor” nos formulários de inscrição para o vestibular. E nenhum de nós seria capaz de prever que a Uerj iniciaria, três anos depois, um processo que caminharia a passos largos

¹ A USP realizou em 2001 um censo étnico, em que o percentual dos candidatos pretos e pardos era, respectivamente, 2,1% e 7,7%.

nas nossas instituições. Até agosto de 2005, já eram 7 as universidades federais (UnB, UFPR, UFBA, Ufal, UFSP, UFPA, UFRN) e 9 as universidades estaduais (Uerj, Uneb, UEMG, UEMS, UEL, Unicamp, Unemat e Ueam) a adotarem diferentes percentuais para o ingresso de estudantes oriundos da escola pública e/ou negros e indígenas.

DE CONTEXTO LOCAL A RESSONÂNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

O ano de 1998 tornou-se um referencial para os estudos sobre desigualdades raciais no ensino superior. A divulgação da pesquisa realizada entre os selecionados naquele ano teve como consequência a aceitação legal, pela Procuradoria Jurídica, do nosso pedido de incorporação do quesito “cor” aos formulários de inscrição do vestibular. Nos anos seguintes já havíamos constituído, no Programa A Cor da Bahia, uma base de dados que nos permitiu, em 2000, alargar o escopo da pesquisa para mais quatro universidades públicas federais. Nesse período, o debate sobre a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas começou a tomar outros contornos. Projetos de senadores e deputados começaram a ser apresentados e divulgados na imprensa². Algumas ações já se delineavam em instituições federais. O Supremo Tribunal Federal lançou, em dezembro de 2001, um edital de licitação prevendo cotas para negros em serviços terceirizados.

O Ministério da Justiça passou a determinar que o preenchimento de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) fixasse uma cota de 20% para afrodescendentes, 20% para mulheres e 5% para pessoas portadoras de deficiência física. As licitações e concorrências públicas deveriam ter um critério que indicasse a preferência por fornecedores que comprovassem a adoção de políticas de ação afirmativa. Para a contratação de empresas prestadoras de serviços, bem como de téc-

nicos e consultores no âmbito dos projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais seria exigida a observância das mesmas metas para os cargos de DAS: 20% para afrodescendentes, 20% para mulheres e até 5% para portadores de deficiência.

Com recursos do BID, o Ministério da Educação criou o Programa Diversidade na Universidade em apoio aos cursos pré-vestibulares para alunos negros. Um ano antes, os técnicos do BID visitavam algumas secretarias de educação e buscavam informações sobre o modo como deveriam apoiar o ingresso de estudantes carentes. Em visita dos técnicos ao Programa A Cor da Bahia, chamávamos a atenção sobre a necessidade de uma política de permanência, apesar de o interesse manifestado por eles ter sido, exclusivamente, a preparação para o vestibular.

Todas essas ações inscrevem-se em um contexto marcado por demandas internas e externas. A primeira proposta de cotas para negros (20%) em universidades públicas federais surgiu na UnB, em 1999, apresentada ao Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) pelos professores José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato (s/d). E o documento apresentado indicava o que se reverberava no contexto acadêmico e político após a realização de um Seminário Internacional, na UnB, promovido pelo Ministério da Justiça, em 1995. Na abertura do seminário o presidente Fernando Henrique Cardoso dizia que os participantes deveriam encontrar soluções criativas e que o racismo era uma questão de Estado, assumindo o compromisso de desenvolver ações compensatórias para os negros brasileiros. Em agosto de 2001, ocorreria, em Durban (África do Sul), a 3ª Conferência Internacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com uma intensa participação de entidades do Movimento Negro brasileiro. Nos meses anteriores houve um intenso debate sobre reivindicações e definições conceituais como, por exemplo, o de reparação. O que ocorria no Brasil era um desdobramento de um evento

2 Projeto do senador Abdias do Nascimento (PDT/RJ) regulamentando a criação de cotas nas instituições educacionais e nas empresas para afrodescendentes; projeto do deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) criando um Conselho Nacional, para a tarefa de selecionar projetos de ação afirmativa para negros, com recursos de um fundo nacional criado especificamente com este fim; projeto do senador José Sarney (PMDB/AP) prevendo uma reserva de 20% das vagas para negros nas universidades públicas e privadas e nas bolsas de educação dadas pelo governo; projeto do senador Antero de Barros (PSDB/MT) estabelecendo uma reserva de 50% das vagas das universidades públicas do país aos afrodescendentes. Dois projetos do então deputado Paulo Paim (PT/RS), que prevêem cotas para negros em novelas, filmes, peças teatrais e na área publicitária; projeto do senador Waldeck Ornelas (PFL/BA) prevendo que as escolas particulares filantrópicas oferecessem bolsas de estudos à população negra e carente.

ocorrido, em dezembro de 1990, em Lagos (Nigéria), quando um grupo composto por intelectuais, representantes governamentais e representantes de entidades de países africanos, dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Caribe reuniu-se para discutir as dimensões históricas, jurídicas e morais do que seja a reparação. Nesse encontro criou-se um comitê internacional para a reparação e, em 1992, a Organização da Unidade Africana (OUA), com o mesmo objetivo, constituiu um grupo formado por especialistas e um secretariado executivo (Araújo, 2001). Nesse período, no Brasil, a discussão sobre reparação nos movimentos negros incidia sobre propostas e projetos voltados para uma indenização aos descendentes de africanos no Brasil.

A decisão do Conselho Universitário da UFBA em adotar um programa de ações afirmativas deve, portanto, ser compreendida através de uma análise marcada por uma conjuntura nacional e internacional que se retroalimenta de demandas de movimentos sociais, cada vez mais fracionados e, paradoxalmente, articulados entre si. A primeira proposta de cotas na UFBA foi encaminhada ao reitor Heonir Rocha por um grupo de estudantes, negros na sua maioria, vinculados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), no ano de 2002. A resposta da Reitoria foi solicitar ao então diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), Ubiratan Castro de Araújo, a coordenação de atividades visando à análise da proposta. A escolha do Ceao deve-se ao fato de que, desde 1959, esse órgão suplementar tornou-se referência sobre a problemática afro-brasileira ou africana. É importante lembrar que, naquele período, duas universidades já haviam adotado o sistema de cotas, a Uerj e a Uneb. Um programa do Ceao, o Ceafro, voltado para a educação e cidadania de jovens e adolescentes negros, passou a articular com entidades da sociedade civil a elaboração de uma Proposta de Ação Afirmativa para o acesso e permanência de negros na UFBA. Posteriormente, esse grupo passou a ser chamado Comitê Pró-Cotas³. A formalização da proposta ocorreu durante um debate, promovido pelo Ceao, quando foi entregue ao reitor o “Documento

Preliminar para o Debate sobre Adoção de Mecanismos de Ampliação do Acesso e Permanência de Negros na Universidade Federal da Bahia – UFBA”. Nele se solicitava a constituição de um grupo de trabalho para debater com o Comitê o percentual de 40% para estudantes negros a partir do vestibular de 2003.

A proposta, contudo, não foi encaminhada pela administração central a outros órgãos ou instâncias superiores. Somente após a eleição do novo reitor, Naomar Almeida Filho, o Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe) aprovou a formação de um Grupo de Trabalho sobre Políticas de Inclusão Social, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação e com a participação do diretor do Ceao, um representante do DCE e outro dos servidores. Embora constituído no segundo semestre de 2002, somente no primeiro semestre de 2003 o Grupo de Trabalho conseguiu elaborar a proposta a ser apresentada ao Consepe. Além da proposta anteriormente encaminhada pelo Ceao/Ceafro/Comitê Pró-Cotas, a atual administração central encaminhou uma proposta ao Grupo de Trabalho, denominada Programa de Ações Afirmativas – Preparação, Ingresso, Permanência e Pós-Permanência.

Além dessas duas propostas, uma nova demanda se apresentou, através de reivindicações sobre ações afirmativas para os indígenas. Atendendo à solicitação de organizações indígenas, a Reitoria indicou mais dois representantes para o GT. Os meses que se seguiram foram marcados por tensão. Os estudantes solicitaram a incorporação de mais representantes do Comitê Pró-Cotas e ocuparam o prédio da Reitoria. Após o atendimento dessa demanda pela Reitoria, com a incorporação de mais dois representantes de entidades negras, o GT voltou a funcionar, o que não quer dizer que situações de conflito não se manifestassem, principalmente na definição de percentuais e de quais grupos de alunos seriam beneficiados pelas cotas. Uma distinção era nítida. Os representantes dos estudantes se aliavam aos das entidades negras, fosse para marcar uma posição discursiva no reiterado reconhecimento da luta dos movimentos negros,

3 Participavam do Comitê Coletivo de Estudantes Negros Universitários da Bahia (Cenunba), o Centro de Orientação e Estudo Quilombo (Coequilombo)/Plataforma, o DCE, o Instituto Cultural Steve Biko, o Movimento de Apoio e Respeito à Vida (Marv/Itinga), o Pré-vestibular Negros e Carentes na Universidade, o Movimento Negro Unificado (MNU), o Projeto Axé e o Quilombo Asantewa – curso pré-vestibular para mulheres negras.

fosse na posição das cotas exclusivamente para alunos negros. O argumento era que, historicamente, era a população negra a excluída, e que por isso não deveríamos adotar cotas para estudantes não-negros das escolas públicas. Os representantes da universidade na Comissão argumentavam que, por tratar-se de uma universidade pública, se fossem excluídos os alunos brancos, oriundos da escola pública, a proposta não seria aprovada pelo Consepe, assim como seria questionada pela Procuradoria Jurídica.

Um dado interessante é que a distinção entre índios-descendentes e índios aldeados, sugerida pelos representantes de organizações indígenas e, posteriormente, aprovada pelo Consepe, não provocou nenhum debate ou discussões acirradas, como se poderia supor. O acirramento de posições era nítido e tenso. Quando os representantes estudantis e dos movimentos negros não conseguiam convencer os professores, e o impasse se manifestava, eles pediam “um tempo”, saíam da sala da Pró-Reitoria de Graduação, onde ocorriam as reuniões, e iam consultar alguns militantes que estavam acompanhando e esperando o resultado das reuniões, no corredor do prédio da Reitoria. Com algumas modificações referentes aos percentuais, a proposta da Reitoria foi aprovada no GT e posteriormente no Consepe.

Antes de apresentada ao Conselho Universitário, o GT decidiu pela discussão da proposta nas unidades que fossem estratégicas em termos de área do conhecimento e de localização, já que a UFBA tem quatro *campi*. Debates marcados, ausência constatada. O calendário dos debates foi cancelado, pois nem os estudantes, nem os professores ou os funcionários compareceram. No entanto, discussões acaloradas surgiram no espaço virtual.

O DEBATE VIRTUAL

Em outubro de 2003, um professor da Faculdade de Comunicação enviou um texto para a lista docente defendendo o sistema de cotas que o GT havia discutido e aprovado. Lembrava que participou na Universidade

de São Paulo de debates sobre as cotas e afirmava que, em 1995, a Reitoria da USP criou um GT sobre ações afirmativas, tendo o Comitê Pró-Cotas na USP elaborado um projeto de cotas em 1996. Ele defendia o sistema de cotas na UFBA, “de modo emergencial”, sem excluir “negros” de “negros”, ou seja, o sistema não deveria focalizar somente aqueles oriundos das escolas públicas e pobres, e se colocava “à disposição para colaborar no que for possível, dentro da minha competência de aluno que fui e atual docente dessa importante instituição acadêmica”. As reações contrárias e a favor das cotas viriam em cadeia, a partir de um segundo texto enviado à lista docente⁴:

“Queridos amigos,
a lógica do argumento é impecável. A discriminação realmente constitui uma dificuldade de acesso de elemento ao ensino superior. Mas por que resolver só o problema do afrodescendente? Para a mesma lógica, e desde que a posição socioeconômica não trabalhe como linha de corte, eu proponho imediatamente que outros discriminados sejam, igualmente, contemplados: cotas de 51% para mulheres; cotas de 4,7% para os descendentes de indígenas; cotas de 0,3% para pessoas que sofreram violência ou violência sexual na infância; cotas de 0,8% para cegos ou pessoas com sérias deficiências visuais; cotas de 2,1% para portadores da Síndrome de Down; cotas (ser definido) para travestis e transexuais; cotas de 1,2% para paraplégicos ou hemiplégicos; cotas de 0,1% para gogos ou pessoas afetadas por outras dificuldades semelhantes; cotas de 4,9% para vegetarianos. A lista não é certamente exaustiva. Mas certamente pode ser completado no processo de discussão. Ou será que permanece algum bom senso? Saudações,
Acrescento 3% para portadores de transtornos mentais severos e persistentes”.

“Lamentável, professor:
Sua declaração contém a usual insensibilidade transformada em sátira inoportuna (dichote iconoclasta?) que tem ajudado a reter na enorme senzala social os negros

4 Os trechos citados seguem a ordem da discussão e os nomes dos professores foram omitidos, posto que a lista docente é restrita ao espaço virtual da comunidade docente.

deste país. O tema é polêmico e está longe de justificar qualquer solução simplista ou que simplesmente inverta os pólos da discriminação abjeta sempre em vigor. Posições a favor e contrárias às cotas podem ser inteligentemente contrapostas. Por isso, o que mais precisamos (todos nós, negros e não-negros, no Brasil) é de discussão séria e de disponibilidade para um amplo acordo reparador que seja fruto da lucidez, da diplomacia e do diálogo inteligente, visando minorar a exclusão étnica vigente. Troças, chistes, chacotas, pilhéria, ironia e irreverência em nada ajudam na resolução de uma questão sensível e importante como esta”.

“Se é para conceder cotas e esconder (tapar o sol com peneira) a real causa de acesso à Universidade pública, não é justo usar cor de pele como parâmetro. Sabemos que o motivo é socioeconômico, desde a origem, quando aqui chegaram os navios negreiros cheios de escravos. As pessoas negras foram colocadas à margem da sociedade juntamente com os índios e hoje muitas minorias são também marginalizadas. Conceder cotas não resolve nada. Os negros, índios, etc. precisam de emprego, saúde e boas escolas públicas de 1ª e 2ª graus. Assim todos estarão em pé de igualdade na disputa de vagas pelo vestibular.

Em adição à cota [nome do professor], sugiro (ainda a ser definida) a cota para idosos”.

“Lamentável! Que tal organizar na Facom (Faculdade de Comunicação) um debate convidando gente séria, inclusive academicamente qualificada, para discutir o assunto? Se quiser, posso sugerir alguns nomes”.

“Caros colegas, concordando com a profa...., também me parece lamentável o e-mail do prof.... Mas não porque questione cotas para negros, uma vez que o debate é complexo, e várias entidades, ativistas e estudiosos o fazem ainda que a maioria concorde que há de fato a necessidade de acionar políticas e programa pelo acesso e continuidade dos negros no sistema educacional, em vários níveis. Esses de fato

chamam atenção que há diferentes formas de equacionar o debate/políticas sobre cotas e que essas ações afirmativas não se confundem. Como também há diversas posições sobre a equação políticas universais e políticas focalizadas”.

A discussão continuou intensa durante mais de dois meses. O que levou uma professora, em abril de 2004, a enviar uma mensagem dizendo que já estávamos iniciando a segunda “rodada” do debate.

Na sua totalidade, as mensagens revelavam que a maioria dos professores era contrária à adoção da proposta, aprovada pelo Consepe, com os seguintes argumentos:

- 1) o Brasil é um país mestiço;
- 2) a concepção de descendência no Brasil não se assemelha à dos Estados Unidos – “one drop rule”;
- 3) raça não é um conceito científico;
- 4) a dificuldade do acesso dos negros às universidades está baseada na condição de classe (“eles são pobres”);
- 5) o mérito é a marca de acesso ao sistema de ensino superior;
- 6) os estudantes ingressos pelo sistema de cotas encontrarão dificuldades para estudar nas universidades porque a escola pública não é de boa qualidade;
- 7) o sistema de cotas provocará um sistema distintivo na universidade;
- 8) cotas são um oportunismo político e uma demagogia;
- 9) cotas são uma proposta imperialista, estrangeira.

Os professores favoráveis ao sistema de cotas apontavam que:

- 1) seria uma forma de dar acesso às populações negras e indígenas na universidade;
- 2) mudaria a cor da universidade nos cursos considerados de prestígio.

Após esse intenso debate virtual, a Reitoria decidiu solicitar às congregações das unidades um posicionamento que adotariam na votação no Conselho Universitário. Nesse período, a imprensa baiana divulgava o que ocorria na UFBA, o que provocou,

inclusive, uma maior publicização da reunião do Conselho. Apesar de algumas manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por maioria, e o vestibular de 2005 foi realizado com a reserva de vagas (Santos et al., 2005).

O ESCOPO

É certo que os dados coletados são passíveis de interpretações, e que os pesquisadores no trabalho empírico e analítico são influenciados por valores. E não podemos negar a nossa postura em relação à adoção das ações afirmativas para negros, indígenas e oriundos da escola pública nas universidades públicas, seja na realização de pesquisas ou na intensa participação no grupo de trabalho que elaborou a proposta aprovada pela UFBA. Ao elaborarmos questões e definirmos um escopo de investigação, não podemos escamotear o nosso trabalho realizado no Programa A Cor da Bahia, desde o ano de 1993, seja em pesquisas sobre desigualdades raciais ou na formação de jovens estudantes negros, inseridos em projetos de pesquisa ou no Projeto Tutoria. Mesmo reconhecendo a necessidade da implantação das ações afirmativas no sistema universitário brasileiro, pensamos que a adoção de um único modelo possa ser passível de incongruências no que se almeja: uma célere inclusão de indivíduos negros e indígenas, pobres e de escolas públicas nas instituições acadêmicas, principalmente as consideradas de prestígio. Ou seja, modelos diferenciados de inserção podem nos possibilitar avaliar tanto as escolhas quanto as normas adotadas, o modo como foram implantadas e, principalmente, os resultados alcançados.

Os dados que analisamos, nesse estudo, são referentes aos três vestibulares realizados pela UFBA: o do ano de 2005, já com o sistema de cotas implantado, e os dos dois anos anteriores, 2004 e 2003. Embora interessados em acompanhar o desempenho dos estudantes brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas, temos alguns limites. O desempenho na gradua-

ção está condicionado ao término dos semestres, algo que será feito durante os próximos dois anos, quando cotejaremos o desempenho dos que ingressaram pelo sistema de cotas com os dos anos de 2003 e 2004. Por isso, esse estudo está dirigido, neste momento, à análise do universo dos inscritos e dos que foram selecionados. A escolha da UFBA, para análise, não é aleatória. Ela se explica pela disposição demonstrada pela coordenação do seu Sistema de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA) em disponibilizar os dados e pelo fato de ser esta a primeira universidade a dispor de série histórica (1998-2005), o que representa um extraordinário acúmulo de dados. Alie-se a isso a condição da UFBA de mais prestigiada instituição pública de ensino superior do estado da Bahia e, por conseguinte, um espaço de desejo para milhares de estudantes.

O banco de dados dos estudantes inscritos é composto por mais de cem mil registros de candidatos ao processo seletivo no período 2003-05. Ele é resultado de informações do requerimento de inscrição e de um questionário composto por 34 itens sobre o estado civil, a escolaridade e a cor do candidato, a ocupação, a escolaridade do pai e da mãe, a renda familiar, entre outras informações. A análise está amparada nas informações do SSOA, o que permitiu, de modo rápido, a montagem de tabelas. Duas partes compõem este trabalho. Inicialmente, procuramos demonstrar qual era o universo dos estudantes que buscavam a UFBA no primeiro vestibular “das cotas”, e no período imediatamente anterior, 2004 e 2003. O propósito foi comparar momentos e, quem sabe, demandas distintas.

Num segundo momento, analisamos o que significou a introdução do sistema das ações afirmativas. A intenção foi comparar o desempenho dos candidatos e o que isso significaria para o acesso aos cursos mais concorridos e considerados de maior prestígio. Uma hipótese preliminar que tínhamos, e que se discutia no Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Consepe), era que o número de cursos que seriam mais afetados pelo





novo sistema estaria em torno de dez. E isso precisava ser testado.

DIANTE DO FUNIL

No vestibular de 2005, a UFBA apresentou aos candidatos dois formulários. Se comparado com os vestibulares anteriores, houve uma única diferença. No formulário que serve de base para a inscrição no sistema, passava a ser obrigatório os candidatos informarem, além da origem escolar, se pública ou privada, a sua “etnia”. Para o preenchimento desses campos (14 e 15), havia o indicativo da necessária leitura “cuidadosa” dos anexos, em que constavam os artigos e resoluções do Consepe sobre a reserva de vagas. A inclusão do termo *etnia* nos pegou de surpresa, pois o Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação manteve a opção pela *cor ou raça* em um dos formulários e introduziu a *etnia* e a origem escolar em um outro formulário que coleta informações socioeconômicas dos candidatos.

Aos olhos de quem elaborou as novas questões, tratava-se de diferenciar o que poderia causar confusão no preenchimento dos formulários. A reserva de vagas implicava tanto a identificação pelas cinco categorias da classificação oficial do IBGE (branca, parda, preta, amarela e indígena), no formulário socioeconômico, quanto a introdução das categorias índio-descendente, “aldeado” e quilombola, no outro formulário, que podemos chamar de base para o sistema. A categoria *etnia* passou, portanto, a indicar tanto a noção de “pertencimento” às sociedades indígenas ou comunidades quilombolas, quanto a identificação das cores preta, parda e indígena. Uma última opção referia-se à categoria “outras”. Quem seriam esses candidatos? Os brancos e os amarelos. Tais critérios foram utilizados com o argumento da operacionalidade do novo sistema, o qual visava a medir o desempenho de candidatos diferenciados tendo como norma as resoluções do Consepe.

No entanto, isso não redundou em polêmica, como ocorreu na decisão da UnB em instituir uma comissão para aferição

da cor dos candidatos. A diferença é que a cor na UFBA não é um critério absoluto na reserva das vagas, já que esta deve estar estritamente vinculada à origem escolar, este, sim, um critério visto como o ponto de partida da aferição do novo sistema. O “pertencimento étnico” na UFBA é usado proporcionalmente a uma simulação da distribuição de brancos, pretos e pardos no sistema público de ensino da Bahia. Nessa direção, a discussão sobre a possibilidade de fraude na classificação “étnica” não se mostrou um pomo de discórdia. E, muito menos, a vetusta discussão sobre a dificuldade em definir quem é negro na sociedade brasileira tornou-se motivo de polêmica. Na avaliação dos que ingressaram pelo sistema de cotas, vários foram os candidatos que tentaram fraudar o sistema, tanto na identificação da cor quanto da origem escolar. Como o critério básico é ter cursado todo o ensino médio e mais um ano na rede pública, a possibilidade de fraude poderia ser verificada no ato da matrícula. E isso ocorreu, pois no ato de matrícula dezenas de candidatos oriundos do sistema privado de ensino haviam declarado no formulário do vestibular que eram egressos do sistema público de ensino, o que levou a universidade a recusar-lhes a matrícula.

Como já havíamos sinalizado, o perfil racial da UFBA é uma realidade conhecida desde a década passada. As pesquisas, então realizadas, haviam evidenciado que os negros (pretos e pardos) tinham uma presença menor que os brancos na universidade, mostrando uma participação ainda mais reduzida se comparada à sua expressão no conjunto da população do estado. Evidenciavam, ademais, que eles eram pouco representativos nos cursos mais concorridos e considerados de maior prestígio social (Queiroz, 2003, 2000, s/d).

ENTRAM EM CENA OS “COTISTAS”

Se lançarmos o olhar sobre o contingente dos candidatos, focalizando a origem escolar, constataremos que o primeiro vestibular com reserva de vagas para alunos oriundos

das escolas públicas não introduziu uma mudança significativa no perfil dos inscritos. No período 1998-2004 o índice dos que fizeram o ensino médio na rede pública variou de 39,2% a 49,8%. No vestibular de 2005, o percentual dos inscritos foi até menor que no ano anterior: 49,1%. A diferença com relação aos candidatos oriundos do sistema privado se manteve, mesmo com a reserva de vagas. Somente no ano de 2004 o percentual de candidatos oriundos da rede pública superou o da rede privada: 49% a 45%. Mesmo sendo uma pequena diferença cabe ressaltar que até o final da década de 90 a diferença entre os dois grupos era bastante acentuada, tendo chegado a 60,5% o percentual dos candidatos oriundos do sistema privado. A expansão do sistema privado do ensino superior em Salvador e na sua região metropolitana, ocorrida nesse período, deve ter provocado uma diminuição do número desses candidatos na concorrência ao vestibular da UFBA. Afinal, a universidade em dez anos não ampliou o número de vagas, principalmente nos cursos mais concorridos e de maior prestígio. Algumas faculdades e universidades privadas criaram justamente alguns desses cursos, como os de Odontologia, Direito, Engenharia, Psicologia e Medicina. Um outro fator apontado por representantes das instâncias superiores da universidade é que as greves de professores, funcionários e estudantes, ao longo dos anos, teriam provocado um desgaste da instituição perante os candidatos oriundos das escolas privadas. Parece que as instituições privadas estariam a propagar a imagem de que “na UFBA sabe-se quando entra, mas não se sabe quando sai”. Não temos como verificar esse argumento, mesmo que essa imagem esteja presente entre os estudantes da própria universidade.

Se não houve mudança significativa nos percentuais de inscritos egressos tanto do sistema público quanto do privado, ocorreu um aumento do número de candidatos que se declararam pretos e pardos oriundos das escolas públicas. O crescimento desses grupos já se manifestava desde o ano de 2002 (52,5%), chegando ao percentual de 63,2% no vestibular de

2004. Por outro lado, a diminuição do número de candidatos brancos é percebida, desde o ano de 2001, tanto em relação aos pardos quanto aos pretos. A participação dos brancos cai de 48,2%, em 1998, para 27,3%, no ano de 2004, sendo que o número de pardos começa a ser superior ao de brancos a partir de 2001. Se a diferença inicial girava em torno de 4%, no ano de 2004 atingirá o percentual de 17%. Em relação aos pretos, a procura pela UFBA é evidenciada desde 1998. É esse grupo que apresenta um crescimento substancial. Sai de 7% para 18,5% em 2004. Os que se identificaram como amarelos não tiveram nenhuma mudança no período 1998-2005, enquanto os indígenas tiveram uma oscilação em torno de 1%. A UFBA, paulatinamente, passou a ser um espaço de maior procura para os estudantes pardos e pretos e, conseqüentemente, de menor procura para os estudantes brancos.

CARACTERÍSTICAS DOS SELECIONADOS

O primeiro estudo sobre o perfil racial dos estudantes da UFBA, em 1997, mostrou que os brancos representavam, naquele momento, 50,2% dos que haviam ingressado na universidade. O que se observa hoje é que essa participação veio se reduzindo ao longo da década atual. Em 2001 eles respondiam por 44,2% do contingente que ingressou naquele ano (Queiroz, 2003); em 2003 reduziram sua participação para 40,9%, em 2004 para 35,0% e, em 2005, com a implantação da política de reserva de vagas, passaram a representar pouco mais de um quinto dos selecionados. Essa medida foi responsável por uma redução na presença dos brancos de cerca de 13 pontos percentuais entre 2004 e 2005. Embora havendo diminuição na participação desse segmento, isso não significou, de modo algum, prejuízo para seus integrantes, uma vez que sua participação na universidade é hoje proporcional ao seu peso no conjunto da população baiana.

Ao contrário, os negros foram se fazendo mais presentes ao longo do período, passando de quase 43%, que representavam em 1997, para 51,4% em 2001, 55,4% em 2003, 61,1% em 2004 e, finalmente, com a implantação da reserva de vagas, elevaram sua participação para 74,6%. O crescimento da presença dos negros ficou por conta do aumento da participação dos pardos. O aumento da participação dos pretos foi mais discreto, passando de 13,6%, em 2003, para 17,1%, em 2005. Isso representa uma mudança no acesso da população negra à universidade. No entanto, é importante não perder de vista que, se houve uma redução da participação dos brancos em 19,3 pontos percentuais, isto é, de 40,9%, em 2003, para 21,6%, em 2005, como apontamos anteriormente, isso significou um equilíbrio entre sua participação na universidade e sua expressão no conjunto da população baiana. O crescimento na participação dos negros em 19,2 pontos percentuais, ou seja, de 55,4%, em 2003, para 74,6%, em 2005, ainda não é suficiente para que eles estejam representados na universidade na mesma proporção em que comparecem no conjunto da população do estado, na qual representam mais de 80% (Tabela 1).

Essa evidência, contudo, não surpreende. A pesquisa, que buscou conhecer a participação de brancos e negros no contingente que se candidata ao vestibular na UFBA (Queiroz, s/d), mostrou que essa seleção, embora especialmente perversa para com

os negros, não é o único fator responsável pela sua reduzida presença na universidade. Há fatores outros que se colocam antes do vestibular, impedindo que os negros se apresentem para concorrer em proporções compatíveis ou superiores ao seu peso no conjunto da população, como fazem os brancos. O referido estudo chamava a atenção para as barreiras presentes na trajetória escolar e de vida dos estudantes negros, determinando uma reduzida expectativa do grupo com relação ao acesso à universidade.

O fato de ser a UFBA uma instituição cujos cursos têm funcionamento predominantemente diurno já representa uma interdição para estudantes que necessitam, desde muito cedo, assumir a responsabilidade com a própria sobrevivência e, em muitos casos, com a sobrevivência da família. Tampouco se pode deixar de levar em consideração que o processo de desqualificação a que está sujeito o negro concorre para afastá-lo da competição pelo acesso à universidade, por levá-lo a não se reconhecer com legitimidade para concorrer a um espaço que tem sido, historicamente, um reduto das elites. O efeito desse processo de desqualificação, a que estão submetidos grupos como negros e mulheres, pôde ser observado em estudo anterior (Queiroz, 2001). Ao se buscar comparar o desempenho acadêmico de homens e mulheres, *claros e escuros*⁵, em dois momentos da trajetória universitária, isto é, no vestibular e terceiro semestre do curso, pode-se perceber que os estudantes *claros* (morenos e brancos) tinham no vestibular

TABELA 1
Distribuição percentual dos estudantes selecionados
segundo a cor – 2003-05

Cor	2003	2004	2005
Branca	40,9	35,0	21,6
Parda	41,8	46,1	57,5
Preta	13,6	15,0	17,1
Amarela	2,1	2,6	1,8
Indígena	1,6	1,3	2,0
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

⁵ Terminologia utilizada naquele trabalho.

médias mais elevadas num maior número de carreiras. Mas, quando se tratava do rendimento no curso, os *escuros* (mulatos e pretos) atingiam médias mais elevadas na maioria delas. O mesmo acontecia com as mulheres, que apresentavam desempenho inferior ao masculino no vestibular, mas mostravam um rendimento superior ao masculino no curso, em quase todas as áreas.

TABELA 2
Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo o gênero – 2003-05

Gênero	2003	2004	2005
Homem	48,1	50,7	50,6
Mulher	51,9	49,3	49,4
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/UFBA

COR E GÊNERO

A análise das informações revelou que as mulheres tiveram uma redução na sua participação no período investigado. No início do período, elas tinham uma presença discretamente superior à dos homens. Foram, no entanto, perdendo posição, colocando-se, em 2005, num patamar um ponto percentual abaixo da participação masculina, o que significa que o sistema de reserva de vagas não

provocou efeito significativo na participação por gênero (Tabela 2).

O exame da distribuição de homens e mulheres (Tabela 3), observando-se a cor, confirmou o que havia sido mostrado pela tabela anterior; em quase todos os segmentos raciais a presença das mulheres foi se reduzindo ao longo do período analisado. Entre as autodeclaradas pretas, verificou-se, em 2004, uma inversão na participação frente à presença masculina, havendo uma leve

TABELA 3
Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo a cor e o gênero – 2003-05

Cor/Gênero	2003	2004	2005
Branco Homem	48,0	51,3	50,5
Mulher	52,0	48,7	49,5
Pardo Homem	49,2	49,8	50,4
Mulher	50,8	50,2	49,6
Preto Homem	47,5	51,2	50,4
Mulher	52,5	48,8	49,6
Amarelo Homem	43,9	42,5	52,8
Mulher	56,1	57,5	27,2
Indígena Homem	72,1	57,5	53,3
Mulher	27,9	42,5	46,7

Fonte: SSOA/ UFBA

TABELA 4
Distribuição percentual dos estudantes selecionados segundo o tipo de escola básica freqüentada – 2003-05

Escola	2003	2004	2005
Pública	38,3	33,8	51,0
Privada	61,7	66,2	49,0
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

recuperação no ano seguinte. O mesmo não ocorreu com relação às mulheres pardas, que tiveram sua participação reduzida. Apenas entre as autodeclaradas indígenas registrou-se um crescimento constante no período, em que pese continuarem minoritárias.

PARTICIPAÇÃO NA VIDA ACADÊMICA

No ano de 2004, o número de estudantes oriundos de escolas privadas correspondia a dois terços daqueles que haviam ingressado na UFBA, representando quase o dobro dos estudantes que haviam freqüentado escolas públicas. Os números mostram o efeito da implantação do sistema de reserva de vagas para a democratização do acesso à universidade, ao evidenciar o expressivo aumento de 17 pontos percentuais na participação desses últimos. Como demonstra a Tabela 4, a distância entre os estudantes dos dois tipos de escolas passou a ser de apenas dois pontos percentuais, a favor dos oriundos de escolas públicas.

Os pardos e indígenas foram os principais beneficiários do crescimento da participação dos estudantes oriundos da escola pública. Os demais segmentos reduziram sua participação, inclusive os pretos; o branco foi o segmento cuja presença sofreu maior redução (Tabela 5).

Também entre os estudantes oriundos da escola privada, verificou-se, em 2005, a elevação da presença dos pardos; os pretos que freqüentaram esse tipo de escola também elevaram, levemente, sua presença, mas reduziu-se a participação dos demais segmentos (Tabela 6).

Na Área I – Ciências Exatas e Tecnologia, a comparação da participação dos selecionados, por ano de ingresso e por tipo de escola média freqüentada, permite perceber o efeito da política de cotas para modificar o perfil do alunado dos cursos dessa área. Tomamos essa área para ilustrar em razão da presença nela de cursos cujas médias para aprovação no vestibular são, com freqüência, elevadas. No curso de Arquitetura, por exemplo, a participação dos estudantes oriundos de escolas públicas elevou-se em 33 pontos percentuais entre 2004 e 2005. Outro curso da área que se mostrava bastante fechado à presença de estudantes oriundos desse tipo de escola é o de Engenharia Elétrica, cuja elevação foi de 30,5 pontos percentuais. O terceiro curso da área a mostrar significativa elevação na participação dos estudantes vindos da escola pública foi o de Engenharia Mecânica, com uma elevação de quase 27

TABELA 5
Distribuição percentual dos estudantes selecionados oriundos de escola pública segundo a cor – 2003-05

Cor	2003	2004	2005
Branca	28	21,3	11,3
Parda	46,7	47,2	59,7
Preta	21,5	27,3	24,8
Amarela	1,8	2,4	1,4
Indígena	2,0	1,8	2,8
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

TABELA 6
Distribuição percentual dos estudantes selecionados oriundos de escola privada segundo a cor – 2003-05

Cor	2003	2004	2005
Branca	48,9	41,9	32,4
Parda	38,8	45,6	55,1
Preta	8,6	8,8	9,0
Amarela	2,3	2,7	2,3
Indígena	1,4	1,0	1,3
Total	100	100	100

Fonte: SSOA/ UFBA

TABELA 7
Distribuição dos estudantes selecionados em cursos da Área I – Ciências Exatas e Tecnologia, segundo o tipo de escola freqüentada – 2004-05

Curso	Tipo de escola					
	2004			2005		
	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total
Arquitetura	10,7	89,3	100	43,7	56,3	100
Engenharia Elétrica	14,7	85,3	100	45,2	54,8	100
Engenharia Mecânica	18,7	81,3	100	45,6	54,4	100
Engenharia Química	22,5	77,5	100	44,3	55,7	100

Fonte: SSOA/ UFBA

pontos percentuais na sua presença. No curso de Engenharia Química duplicou-se a presença de estudantes que fizeram seu curso médio numa escola dessa natureza, como evidencia a Tabela 7.

DESEMPENHO NO VESTIBULAR

Contrariando a hipótese, muito freqüentemente apresentada no debate sobre cotas, de que a reserva de vagas para negros e oriundos de escolas públicas determinaria um rebaixamento da qualidade do ensino superior, por fazer ingressar na universidade estudantes com baixo nível de desempenho, a análise mostrou que a alteração ocorrida no período 2003-05 causou aumento expressivo do ponto de corte das notas do vestibular em ambas as

fases do processo seletivo, como se pode perceber na Tabela 8.

Examinando o desempenho médio dos estudantes em cada um dos cursos, pode-se perceber que também esse dado evidencia que a reserva de vagas não provocou o efeito negativo esperado. É pouco expressiva a diferença entre as médias dos anos de 2003, 2004 e 2005. O exame das médias dos cursos considerados de maior prestígio social, em que a concorrência se dá entre aqueles estu-

TABELA 8
Ponto de corte das notas no vestibular – 2003-05

Ano	Primeira fase	Segunda fase
2005	5.117,4	5.089,5
2004	5.099,8	5.056,4
2003	5.018,7	5.009,3

Fonte: SSOA/ UFBA

dantes de mais elevado desempenho, como o curso de Medicina, por exemplo, confirma que a diferença de médias no período observado é muito pouco relevante. Outros cursos, também com esse perfil, como Engenharia Elétrica, Direito, Odontologia, Ciências da Computação, Administração, demonstram a pouca influência que a introdução do sistema de reserva de vagas exerceu sobre o comportamento da média de aprovação (Tabela 9). Essa constatação não surpreende.

Em trabalho anterior, buscou-se analisar a hipótese do insuficiente desempenho, no vestibular, de estudantes negros, oriundos de escolas públicas para frequentar cursos de alto prestígio social, como os apresentados na Tabela 10a. Para isso, em 2001, procurou-se verificar a presença de estudantes negros oriundos de escolas públicas, entre os aprovados no vestibular, para tais cursos, e não classificados por “falta de vagas”. O resultado mostrou um contingente de 576 estudantes com essas características (Queiroz, 2003).

PARTICIPAÇÃO E “PRESTÍGIO” DO CURSO

A análise da participação dos estudantes selecionados em cursos considerados de elevado prestígio social mostrou uma situação bastante animadora. Pode-se constatar uma significativa elevação na participação dos segmentos raciais beneficiados pela política de cotas, isto é, um aumento da presença sobretudo de negros e indígenas em cursos que sempre foram pouco acessíveis para esses segmentos (Tabela 10a).

A Tabela 10b apresenta, em percentuais, a magnitude da elevação da presença dos segmentos beneficiados pelas cotas nos cursos de *alto prestígio*. Como no momento anterior à adoção das cotas a participação dos pretos e indígenas era muito reduzida nesses cursos, os aumentos mais expressivos se verificaram justamente entre eles. Em razão da baixa participação desses segmentos

TABELA 9
Distribuição dos estudantes segundo a média de pontos no vestibular em curso de alto prestígio – 2003-05⁶

Curso	2003	2004	2005
Medicina	7,3	7,4	7,2
Bacharelado em Ciências da Computação	6,6	6,5	6,3
Engenharia Elétrica	7,1	7,2	6,7
Direito	6,8	6,8	6,6
Odontologia	6,2	5,9	5,7
Psicologia	6,4	6,3	6,0
Engenharia Civil	5,7	5,7	5,6
Engenharia Mecânica	6,0	6,3	6,1
Engenharia Química	6,2	6,2	6,2
Administração	6,2	6,0	5,9
Arquitetura	5,9	5,7	5,6

Fonte: SSOA/ UFBA

⁶ A classificação de prestígio dos cursos resultou de um levantamento realizado em 1997 com empresas da área de recursos humanos sobre o valor das profissões (Queiroz, 2000).

TABELA 10a

Distribuição percentual dos estudantes selecionados, segundo a cor e o ano de ingresso, em cursos de alto prestígio – 2004 e 2005

Curso	Cor/Ano									
	Branca		Parda		Preta		Amarela		Indígena	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Medicina	39,6	21,7	51,7	68,2	6,7	6,4	0,7	1,3	1,3	2,4
Direito	44,0	22,7	45,7	61,1	8,0	11,6	1,7	0,5	0,6	4,1
Odontologia	39,1	20,3	48,7	69,7	7,9	10,1	1,7	-	2,7	-
Administração	41,4	21,2	46,2	58,3	8,3	13,9	2,7	4	1,4	2,6
Ciências da Computação	38,5	16,2	31,0	60,3	10,8	17,6	1,5	4,4	1,5	1,6
Engenharia Elétrica	51,5	26,3	41,2	46,1	4,4	25,0	1,5	1,4	1,4	1,2
Psicologia	37,7	22,8	49,4	57,0	10,4	15,2	-	2,5	2,5	2,5
Engenharia Civil	46,8	29,6	42,4	53,5	7,2	17,0	3,6	-	-	-
Engenharia Mecânica	44,0	27,8	46,7	57,0	8,0	15,2	1,3	-	-	-
Arquitetura	43,7	31,9	44,7	52,1	8,7	10,9	2,9	4,2	-	0,9
Engenharia Química	31,0	26,6	49,3	57,0	14,1	12,7	4,2	1,3	1,4	2,5

Fonte: SSOA/ UFBA

raciais, em alguns cursos, o incremento da presença deles tem uma magnitude espantosa, como no curso de Engenharia Elétrica, por exemplo, em que houve uma elevação da presença de pretos entre 2004 e 2005 de 533,3%; entre os indígenas, a participação no curso de Direito mostra também uma elevação muito expressiva, como se pode constatar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da UFBA nos permite afirmar que a introdução de um programa de ações afirmativas para alunos negros e índios oriundos das escolas públicas possibilitou a inserção de estudantes que, pelo tradicional sistema universal, não teriam logrado êxito em cursos mais competitivos como Medicina, Direito ou Odontologia. Em relação ao desempenho, argumentamos que o modelo adotado pela UFBA indica que os alunos “cotistas” têm plenas condições de obter um bom desempenho nos distintos cursos, afinal, o ponto de corte continua a ser

um medidor de rendimento no vestibular, o que indica a necessidade de os estudantes se empenharem nos seus estudos.

Pensamos que os dados aqui apresentados contribuem para um melhor debate acadêmico tanto para as universidades que implantaram algum sistema de cotas quanto para aquelas que resistem à sua adoção. Esse debate ainda se encontra restrito, sobremaneira, ao âmbito de interpretações do que as relações raciais poderiam provocar ao país⁷. E os temores são, por vezes, exagerados. Essa argumentação repousa em visões de que a adoção do sistema de cotas representa uma racialização semelhante ao que ocorreu, principalmente, nos Estados Unidos ou países africanos como o Zimbábue ou África do Sul. É necessário salientar que a maioria das universidades adotou um sistema de cotas a partir do apoio decisivo de suas reitorias, o que indica menos uma adoção da racialização que um discurso manifesto publicamente de inclusão social. Afinal, as administrações centrais continuam sendo refratárias à adoção, *ipsis litteris*, de discursos e práticas dos

7 Ver as inúmeras matérias em jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, no site do Projeto Observa (www.ifcs.observa.ufrj.br) e na revista *Horizontes Antropológicos* (nº 23, 2005).

TABELA 10b

Distribuição dos estudantes selecionados para os cursos de alto prestígio por cor – 2004 e 2005

Curso	Cor/Ano								
	Parda			Preta			Indígena		
	2004	2005	Variação %	2004	2005	Variação %	2004	2005	Variação %
Medicina	77	107	39,0	10	10	0,0	02	04	100,0
Direito	80	121	51,3	14	23	64,3	01	08	700,0
Odontologia	56	83	48,2	09	12	33,3	03	0,0	0,0
Administração	67	88	31,4	12	21	75,0	02	04	100,0
Ciê. da Computação	31	41	32,3	07	12	71,4	01	01	0,0
Eng. Elétrica	28	35	25,0	03	19	533,3	01	01	0,0
Psicologia	38	45	18,4	09	12	33,3	02	02	0,0
Eng. Civil	59	85	44,1	10	27	170,0	0,0	0,0	0,0
Eng. Mecânica	35	45	28,6	06	12	100,0	0,0	0,0	0,0
Arquitetura	46	62	34,8	09	13	44,5	0,0	01	0,0
Engenharia Química	35	45	28,6	10	10	0,0	01	02	100,0

Fonte: SSOA/ UFBA

movimentos negros e são compostas, na sua grande maioria, por indivíduos oriundos das camadas médias e que se autocalificariam como brancos. Por isso, consideramos que os intelectuais que insistem no conceito de raça como o princípio em que se apóia o processo de adoção de ações afirmativas por universidades públicas estão a reiterar a operacionalidade de um conceito ainda com bases de interpretação sobre fenômenos dos séculos passados. Um exercício de anacronismo.

Um olhar mais acurado indicaria que desde o período da redemocratização vêm sendo implementadas novas políticas por parte do Estado. A emergência de conceitos e representações sobre a necessária história da presença dos “vencidos e esquecidos”, nos anos 80, já mostrava uma política de representação institucionalizada, principalmente no âmbito da cultura (Santos, 2000). Por outro lado, desde o final dos anos 90, segmentos empresariais têm assumido um discurso de “responsabilidade social” que se traduz em apoio a eventos, seminários e cursos, por exemplo, de entidades negras. E não nos parece que esse segmento esteja a utilizar como ferramenta analítica o conceito de raça ou que, com suas ações, queira racializar a sociedade brasileira.

A temida racialização no espaço acadêmico ainda não aconteceu na Universidade Federal da Bahia, e não temos indícios de que vá acontecer. Afinal, nos dois semestres seguintes à implantação do sistema de cotas, a nossa percepção, ainda sem base analítica, é que a instituição absorveu o discurso de inclusão social. Mesmo que um determinado professor da Escola Politécnica tenha dito aos calouros que não “iria dar mole para os estudantes cotistas”, não temos informações que impliquem mudanças racializadoras no discurso dos gestores ou do corpo docente da universidade. De todo modo, mudanças radicais ocorreram no ingresso em 2005. O número de estudantes oriundos da escola pública cresceu, substancialmente, nos cursos de prestígio, fazendo com que, em faculdades tradicionais, seja perceptível um aumento da “cor” nas salas de aula. Resta saber o que isso provocará em termos de novas práticas e discursos sobre a diversidade na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nas nossas instituições.

O resultado da análise empreendida, neste trabalho, evidenciou a política de cotas, adotada pela UFBA, como um significativo instrumento para promover a democratização do acesso ao ensino superior. A reserva de vagas não apenas mostrou-se capaz de

ampliar, de modo expressivo, o acesso do contingente de estudantes oriundos de escolas públicas, como permitiu que ingressassem na universidade, em cursos de elevada concorrência e que desfrutaram de grande prestígio social, segmentos raciais que, embora demonstrando desempenho necessário, vinham sendo, sistematicamente, afastados dessa possibilidade em razão da reduzida oferta de vagas pela universidade e do sistema classificatório para o seu preenchimento.

No entanto, embora reconhecendo a virtude da política de cotas, a pertinência da sua adoção, como medida emergencial, num contexto marcado pela exclusão de grandes segmentos sociais do acesso à

universidade, é preciso não perder de vista seus limites. O quadro revelado pela presente análise sinaliza para a urgência de uma política educacional que seja capaz de ampliar a oferta de educação superior pública.

A ampliação da participação dos estudantes que fizeram sua formação básica na escola pública não deve nos iludir a respeito da capacidade de a maior parte dessas instituições oferecer a adequada educação para estudantes das camadas populares. Os estudos sobre a realidade da escola pública brasileira não deixam dúvida sobre o longo caminho que ainda é preciso percorrer para que o Estado possa, efetivamente, oferecer uma educação básica adequada.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ubiratan C. de. "Reparação Moral, Responsabilidade Pública e Direito à Igualdade do Cidadão Negro no Brasil", in Gilberto V. Sabóia (org.). *Anais de Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas*. Brasília, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, 2001, pp. 315-24.
- BRITO, Luiz N. & CARVALHO, Inaiá M. de. *Condicionalantes Sócio-econômicos dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, CRH/UFBA, 1978.
- CARVALHO, José Jorge & SEGATO, Rita Lauro. "Proposta para Implementação de um Sistema de Cotas para Minorias Raciais na Universidade de Brasília", s/d (mimeo.).
- MAGGIE, Yvonne. *Graduação e Pós-Graduação nas Ciências Humanas no Brasil: Desafios e Perspectivas*. IFICS – UFRJ, s/d (mimeo.).
- QUEIROZ, Delcele M. "Desigualdades Raciais no Ensino Superior: a Cor da UFBA", in D.M.A. Queiroz et al., *Educação, Racismo e Anti-racismo*. Programa A Cor da Bahia/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Novos Toques, n. 4, 2000, pp. 11-44.
- _____. *Raça, Gênero e Educação Superior*. Tese de doutorado. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Faced/UFBA, 2001.
- _____. *O Negro na Universidade*. Salvador, Novos Toques, 2002.
- _____. "O Vestibular e as Desigualdades Raciais", in Iolanda Oliveira & Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. *Negro e Educação. Identidade Negra. Pesquisas sobre Negro e a Educação no Brasil*. Rio de Janeiro, Anped/Ação Educativa, s/d, pp. 5-16.
- _____. "Ensino Superior no Brasil e Ações Afirmativas para Negros", in *Universidade e Diversidade*. Andes, ano XII, nº 29, março de 2003, pp. 57-60.
- QUEIROZ, Delcele M. et al. *O Estado da Arte na Pesquisa sobre Negro no Ensino Superior*. 28ª Reunião Anual da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped, Caxambu, 2005.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. "A Visão dos Professores das IES Hoje", in *Seminário Vestibular Hoje*. Brasília, MEC, 1987.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *O Poder da Cultura e a Cultura no Poder*. Tese de doutoramento. FFLCH-USP, 2000.
- SANTOS, Jocélio Teles dos et al. *Ações Afirmativas na Universidade Pública. O Caso da UFBA*. Salvador, Ceao, 2005.